



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
NUCLEO UNIVERSITÁRIO DO BARREIRO
Curso de Ciências Contábeis – Ênfase em Controladoria**

**BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC: DEMONSTRAÇÕES
OBRIGATÓRIAS E A UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Dagmar da Cruz Soares
Sérgio Alves Vieira
Simone de Melo Faria
Valdirene Martins Freire

**Belo Horizonte
2007**

**Dagmar da Cruz Soares
Sérgio Alves Vieira
Simone de Melo Faria
Valdirene Martins Freire**

BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC: DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS E A UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Trabalho interdisciplinar apresentado como requisito parcial de avaliação das disciplinas do 3º período do curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Núcleo Barreiro no 2.º semestre de 2007.

Disciplinas: Contabilidade de Custos
Contabilidade Geral III
Filosofia Aplicada às Organizações
Logística das Organizações
Matemática Financeira
Microeconomia

Prof. Orientadores: Carlos Alberto de Souza
Marcelo Prímola
Maria Antonieta Luz
Vicente Oliveira
Guilherme Menezes
Marcelo Mendonça

**Belo Horizonte
2007**

RESUMO

Apresentamos neste trabalho científico uma pesquisa realizada em algumas Literaturas de Contabilidade, com o objetivo de conceituar os principais Demonstrativos Contábeis, numa abordagem legal e administrativa. No início do trabalho, falamos um pouco do Sistema de Informação Contábil, que é considerado um sistema de mensuração, pois, auxiliam os gestores nas tomadas as decisões. Citamos também os Objetivos da Contabilidade, os usuários e seus interesses nas informações contidas nos demonstrativos. Conceituamos três tipos de Demonstrativos: o Balanço Patrimonial, que demonstra a situação financeira e patrimonial da entidade em determinado período; a Demonstração do Resultado do Exercício, que é onde são transferidas as contas de receitas e despesas para apurar se a empresa teve lucro ou prejuízo; e Demonstração do Fluxo de Caixa, que controla todas as entradas e saídas de dinheiro do Caixa da empresa. Abordamos o Sistema Logístico e seus fluxos e atividades. Em Contabilidade de Custos citamos os conceitos e as diferenças entre custos e despesas. Simulamos um estudo de caso, tomando como exemplo um a Confecção de Roupas, em que podemos colocar em prática alguns cálculos como: base de rateio e custo da mão de obra direta; e os Demonstrativos Contábeis, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa. Concluimos com a análise de qual dos produtos fabricados é o mais rentável para a empresa. E para fechar o trabalho encerramos com um anexo das principais leis que regulamenta os Demonstrativos Contábeis citados no trabalho.

Palavras – chave: Demonstrativos Contábeis, Sistema Logístico, Contabilidade de Custos, Leis que regulamenta os Demonstrativos Contábeis

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Organograma da Hierarquia da empresa Confecções Faria LTDA.	27
FIGURA 02: Ciclo da matéria prima da empresa Confecções Faria LTDA.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Os usuários da Contabilidade e seus interesses.....	9
QUADRO 02: Estrutura básica do Balanço Patrimonial.....	12
QUADRO 03: Cálculo do valor do Custo da Mão-de-obra por hora.....	32
QUADRO 04: Balanço Patrimonial – Confecções Faria LTDA	35
QUADRO 05: Demonstração do Resultado do Exercício – Confecção Faria LTDA .	36
QUADRO 06: Demonstração do Fluxo de Caixa – Confecção Faria LTDA	37

LISTA DE PLANILHAS

PLANILHA 01: Quantidade e valor unitário/metro dos Materiais Diretos	28
PLANILHA 02: Tempo de MOD e de Máquina.....	29
PLANILHA 03: Custos indiretos de Fabricação.....	29
PLANILHA 04: Rateio de Energia Elétrica	29
PLANILHA 05: Rateio da Depreciação de Equipamentos de Produção	30
PLANILHA 06: Rateio da Manutenção das Máquinas de Produção	30
PLANILHA 07: Custo dos Materiais de Produção da Blusa	30
PLANILHA 08: Custo dos Materiais de Produção da Saia	31
PLANILHA 09: Custo dos Materiais de Produção do Vestido	31
PLANILHA 10: Apropriação do Custo de Mão-de-obra Direta	33
PLANILHA 11: Receita Bruta Dom Vendas, CPP, Lucro Bruto sem impostos.....	34
PLANILHA 12: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de blusas.....	39
PLANILHA 13: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de saias.....	39
PLANILHA 14: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de vestidos	39

LISTA DE SIGLAS

CPA – Custo do Produto Acabado
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CIF – Custo Indireto de Fabricação
CPP – Custo de Produção do Período
CPV – Custo do Produto Vendido
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
EF – Estoque Final
EFMP – Estoque Final de Matéria-prima
EFPA – Estoque Final Produtos Acabados
EFSA – Estoque Final de Semi-acabados
EI – Estoque Inicial
EIMP – Estoque Inicial de Matéria-prima
EIPA – Estoque Inicial de Produtos Acabados
EISA – Estoque Inicial de Semi-acabados
GGF – Gastos Gerais de Fabricação
IASC – International Accounting Standards Committee
LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real
MD – Material Direto
MOD – Mão-de-obra direta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	8
2.1 Objetivos da Contabilidade.....	8
3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	10
4 BALANÇO PATRIMONIAL E SUA ESTRUTURA	12
4.1 Ativo	12
4.2 Passivo.....	13
4.3 Patrimônio Líquido	14
4.4 DRE e seus conceitos gerais.	14
4.4.1 Receitas	15
4.4.2 Despesas	15
4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	16
4.5.1 Estrutura básica da DFC	18
5 LOGÍSTICA X ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	19
5.1 Fluxos Logísticos.....	20
5.1.1 Fluxo físico	20
5.1.2 Fluxo de informações	20
5.1.3 Fluxo financeiro	21
5.2 Atividades chave de um sistema Logístico.....	21
6 CONCEITO E IMPORTANCIA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	23
6.1 Custos e Despesas: Conceitos e Diferenças	23
6.2 Classificação dos custos:	24
6.2.1 Fórmulas utilizadas para calcular os custos:.....	25
6.3 Departamentalização:	26
6.4 Métodos e sistemas de custeio	26
7 SIMULAÇÃO DA EMPREGABILIDADE DA CONTABILIDADE EM UMA CONFECCÃO DE ROUPAS.	27
7.1 Fórmulas para cálculo da rentabilidade.....	40
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
9 REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO A - Demonstrativos contábeis e as bases legais	44

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização da economia, na busca de maior competitividade, é essencial um sistema de gerenciamento de desempenho constante que possa identificar, recolher, analisar, armazenar e distribuir informações de modo a agregar valor ao negócio.

Nesse sentido a contabilidade contribui substancialmente de modo a facilitar o processo decisório, fornecendo informações relevantes através da contabilidade gerencial e da contabilidade de custos.

A contabilidade de custos através do controle, apropriação e classificação dos custos diretos e indiretos buscam através do princípio da causalidade, estabelecer critérios e técnicas que permitam identificar, mensurar e incorporar os custos aos produtos finais, eliminando os custos desnecessários.

No contexto atual, apenas o controle e redução de custos não garantem a sobrevivência da organização. É necessário um fluxo eficiente de informações, que permitam mensurar através de índices comparativos de desempenho dos mais variados, o nível de satisfação ao atendimento das expectativas e necessidades dos seus clientes internos e externos.

2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade tem como função principal a mensuração do lucro e reportar a posição patrimonial em determinado período, e também acompanha a evolução patrimonial das entidades. Outro papel muito importante da contabilidade é atender as exigências do Fisco que são grandes interessados, pois se baseando na contabilidade é que são arrecadados quase todos os impostos, e é também através dos demonstrativos contábeis o governo pode fazer análises estatísticas da situação econômica do país.

A contabilidade é considerada um sistema de informação que possui dentro do seu processo um sistema de mensuração. E este sistema de informação contábil dependerá dos ajustes das opções de mensuração que forem escolhidas.

A política contábil de uma empresa deve ser bem estruturada dentro dos Princípios e Convenções da Contabilidade. Quanto mais os usuários entenderem a lógica de seus conceitos, maiores serão suas opções e ferramentas de análise, atingindo assim uma maior eficiência, tanto na análise dos dados quanto nos demonstrativos.

2.1 Objetivos da Contabilidade

Todos os campos de estudo têm como ponto de partida, estabelecer os objetivos e os pontos de atuação.

A contabilidade tem como objetivo criar um arquivo de informações destinado a usuários de qualquer natureza, física ou jurídica, que vão auxiliá-los no processo de tomada de decisões, e também acompanhar o andamento e evolução de seus negócios.

São vários os tipos de usuários da contabilidade, e cada um possui um interesse particular nas informações contidas nos demonstrativos. O quadro 01 exemplifica alguns usuários seguidos de seus interesses.

GRUPO DE PESSOAS	INTERESSES
Sócios / Acionistas	Qual a lucratividade e o grau de segurança de seus investimentos.
Gestores	Fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. Ferramenta para obtenção de recursos, divulgação de resultados, e tomada de decisão.
Governo	Tributar e cobrar impostos e taxas.
Financiadores	Determinar a segurança de retorno do seu dinheiro emprestado.
Fornecedores	Determinar a segurança de recebimento de seu crédito.

Quadro 01: Os usuários da Contabilidade e seus interesses.

Fonte: Apostila: Teoria da Contabilidade, Prof. Marcelo Demichelle, 2007, p.10

Existem três tipos de contabilidade: a Financeira, a Gerencial e a Fiscal. A Contabilidade Financeira é destinada ao público geral, banqueiros, credores, governos entre outros, a Contabilidade Gerencial é de uso interno da empresa, pelos gestores responsáveis pela administração, estas informações são tratadas de forma abrangente, auxiliando as tomadas de decisões, e a Contabilidade Fiscal atende especialmente ao Fisco, e visa apurar de forma objetiva e correta os impostos, dentro das regras da Legislação.

3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

O Balanço Patrimonial e a Demonstração Resultado do Exercício (DRE) fazem parte de um conjunto de relatórios que compõem as demonstrações contábeis de uma entidade, e são exigidas pela atual legislação societária brasileira. Os critérios para elaboração são definidos por órgãos específicos de cada país. No Brasil é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que expede as normas gerais da contabilidade.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é muito utilizada em vários países. Nos EUA, é obrigatório desde 1988, mas ainda não é obrigatória no Brasil, porém desde o ano 2000, tramita pelo Congresso um Projeto de Lei nº. 741 que trata da alteração da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e entre outras modificações, propõe sua obrigatoriedade através da substituição pela Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) por ser considerada de maior utilidade e mais fácil entendimento. Sua estrutura (forma e conteúdo, os objetivos e benefícios), é definida pelo International Accounting Standards Committee (IASC), através da Norma Internacional de Contabilidade NIC7.

A obrigatoriedade dos demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial e DRE estão citados no ANEXO A - Demonstrativos contábeis e as bases legais, de acordo com o FIPECAFI (2003).

Os Demonstrativos Contábeis tem como finalidade prover informações de forma clara e objetiva, que será útil a todos os usuários. Ao final de cada período social, geralmente um ano, as empresas devem elaborar e publicar, com base na escrituração contábil, os demonstrativos:

- Balanço Patrimonial
- É o principal demonstrativo contábil, é uma apresentação, sintética e ordenada, do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa, em uma determinada data.
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

- Evidencia o lucro ou prejuízo líquido do exercício, mostra em seqüência lógica e ordenada, os fatores que influenciaram, aumentando ou diminuindo, o resultado do período.
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)
- Visa a apresentar os elementos que provocam modificação, para mais ou para menos, no saldo da conta Lucro ou Prejuízo Acumulado.
- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)
- Corresponde a uma demonstração da movimentação líquida da entrada e saída de recursos, dentro da empresa em um determinado período (geralmente um ano).

Além destes demonstrativos, existem outros que não são exigidos legalmente, mas são de grande importância para gestão de uma empresa.

- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC):
- Evidencia a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa/banco da empresa e também o destino de todo o que saiu.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL):
- Demonstra as variações que aconteceram em cada conta do Patrimônio Líquido.
- Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR):
- É um livro de escrituração de natureza eminentemente fiscal, destinado a registrar valores que não devam constar na escrituração comercial, e tem a função de apurar extra contabilmente, o lucro real sujeito à tributação de Imposto de Renda.

Os Demonstrativos Contábeis possuem uma ferramenta que auxilia no melhor entendimento das operações, as Notas Explicativas, que também podem ser chamadas de Notas de Rodapé. As Notas Explicativas são informações complementares dos demonstrativos, e os deixa mais completo e fácil de ser analisado e interpretado.

Nas Notas Explicativas podem conter informações como: as práticas contábeis utilizadas pela empresa, critério de avaliação de estoque, base de cálculo de impostos, critério de avaliação de investimentos, entre vários outros.

4 BALANÇO PATRIMONIAL E SUA ESTRUTURA

O balanço patrimonial tem por finalidade demonstrar a situação financeira e patrimonial da entidade em determinado período, e é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O quadro 02 mostra a estrutura básica do Balanço patrimonial, que é balanceada pela equação: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO E
	PATRIMONIO LÍQUIDO

Quadro 02: Estrutura básica do balanço Patrimonial
Fonte: MARION, 2006. p 42.

Para facilitar a análise e sua interpretação o Balanço Patrimonial é organizado por um Plano de Contas.

O Plano de Contas é um conjunto de contas, diretrizes e normas que ordena de forma objetiva o grupo de contas do Balanço Patrimonial. E cada empresa elabora o seu plano de acordo com suas atividades e a complexidade de suas operações.

As contas do Ativo devem ser ordenadas de acordo com seu grau de liquidez, e as do Passivo de acordo com seu vencimento.

4.1 Ativo

O Ativo representa os bens e os direitos de uma empresa e também as demais aplicações de recursos que podem gerar benefícios econômicos presentes ou futuros.

Os bens são: dinheiro em caixa ou depósito em banco, mercadorias para revenda ou materiais em estoque que serão transformados no processo de produção. Também podem ser bens permanentes que são utilizados no desenvolvimento das atividades,

como os edifícios, terrenos, veículos, máquinas, moveis entre outros. Os direitos são contas, duplicatas ou títulos receber, ações, e empréstimos concedidos a terceiros. No Ativo é registrado tudo que é de propriedade da empresa e que está sob seu domínio. Caso a empresa tenha algum bem alugado, por exemplo, máquina, veículo, prédios, não pode ser considerado Ativo, pois a empresa pode até ter posse destes bens, mas não é de sua propriedade.

O Ativo é subdividido em:

- Circulante: São agrupadas no Ativo de acordo com o grau de liquidez decrescente. São as contas que estão em giro, circulação ou movimento constante, exemplo: Caixa, Banco Conta Movimento, Valores a Receber, Estoques, entre outros.
- Realizável a Longo Prazo: São os bens e direitos que se transformarão em dinheiro após um ano da datado balanço, provenientes de vendas, empréstimos a sócios, acionistas ou diretores da empresa.
- Permanente: Representa os bens que não são destinados a venda e tem uma certa vida útil. O Ativo Permanente é dividido em três grupos: Investimentos: que são as aplicações financeiras de caráter permanente que geram rendimentos, mas que não fazem parte das atividades operacionais da empresa. Imobilizado: são os bens de natureza permanente utilizados para a manutenção das atividades principais da empresa, são as ferramentas, veículos, máquinas, instalações, etc. Diferido: são aplicações que beneficiarão resultados de exercícios futuros.

4.2 Passivo

O Passivo são as obrigações exigíveis da empresa, são as dívidas que elas têm com terceiros. No momento que estas dívidas vencerem será exigido a sua liquidação.

No ponto de vista dos negócios o passivo tem seu sentido negativo por estar associado às obrigações e dívidas da empresa.

O Passivo é subdividido em:

- Circulante: são as obrigações exigíveis que deverão ser liquidadas no prazo máximo de um ano, exemplo, Fornecedores e Salários a Pagar, Encargos Sociais e impostos a recolher, Empréstimos Bancários de curto prazo, entre outras obrigações.
- Exigíveis a Longo Prazo: São as obrigações que serão liquidadas com prazo superior a um ano, como, Financiamentos, Debêntures, etc.

Resultado de Exercícios Futuros: Corresponde às receitas que são recebidas antecipadamente diminuindo os custos e despesas a elas correspondentes (geralmente são pouco utilizadas).

4.3 Patrimônio Líquido

São os recursos que os proprietários/sócios aplicaram nas empresas mais os resultados gerados pelo desenvolvimento das atividades. Também é considerado como Passivo, mas Passivo não exigível, por ser uma obrigação com os proprietários das entidades.

4.4 DRE e seus conceitos gerais.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi instituída no artigo 187 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) e tem como objetivo principal apresentar resumidamente, de forma vertical, as operações realizadas num determinado período, geralmente de doze meses, e o resultado pode ser lucro ou prejuízo.

Na elaboração da DRE completa exigida por lei é necessário apresentar os grupos de receitas, despesas, lucros e impostos.

4.4.1 Receitas

Correspondem a acréscimos no resultado e são reconhecidas e medidas em conformidade com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, resultantes de diversos tipos de atividades que possam alterar o Patrimônio Líquido. Existem vários tipos de receitas e esses foram criados para discriminar de forma mais ordenada a sua empregabilidade. Dentre eles temos:

- Receita Bruta de vendas: Corresponde às receitas relacionadas às vendas dos produtos ou serviços prestados pela empresa sem suas deduções.
- Receita Líquida de Vendas: Corresponde às receitas relacionadas às vendas dos produtos ou serviços prestados pela empresa com as devidas deduções, que podem ser: impostos e contribuições incidentes sobre as vendas, devoluções de vendas e abatimentos.
- Receitas financeiras: Corresponde às receitas derivadas de aplicações financeiras, tais como: juros de mora recebidos no período, descontos obtidos, etc. Pode ocorrer que o montante da Receita Financeira seja maior que a Despesa Financeira. Neste caso, algebricamente, a Receita Financeira será deduzida de outras Despesas Operacionais.
- Receita Operacional: corresponde às receitas relacionadas com a atividade principal da empresa e refere-se ao elemento "bruto", sendo os valores pelos quais a empresa procura se ressarcir dos custos e despesas e auferir ao crédito.
- Receita Não - Operacional: corresponde às receitas que não estão relacionadas à atividade principal da empresa e refere-se ao "elemento líquido", ou seja, ela é considerada pelo líquido dos correspondentes custos.

4.4.2 Despesas

Representam os gastos utilizados com os bens ou serviços que não estão diretamente ligados à produção e geralmente são consumidos com a finalidade de

obtenção de receitas. Exemplos: o salário e encargos do pessoal do setor administrativo e de vendas, energia elétrica do escritório, os alugueis e seguros do prédio da administração, depreciação e demais gastos com equipamentos do escritório, etc.

Despesas Operacionais são os gastos necessários para a manutenção das atividades da empresa, são as despesas com Venda, Administrativas e Vendas.

- Despesas com Vendas são os gastos com a comercialização e distribuição dos produtos. São as despesas com vendedores, comissões sobre vendas, marketing, provisão para devedores duvidosos, entre outros.
- Despesas Administrativas são os gastos gerais com a Administração da Empresa, exemplo, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritório, materiais de escritório, depreciação de móveis e utensílios, etc.
- Despesas Financeiras englobam a remuneração dos capitais de terceiros, como juros pagos ou incorridos, comissão bancárias, descontos concedidos, juros de mora pagos, etc.

Existem também as despesas não operacionais, que são as despesas que não estão diretamente relacionadas com as atividades operacionais da empresa, são as perdas aleatórias, exemplo, prejuízo com vendas de imobilizado, prejuízo com investimentos, etc.

E outras despesas operacionais, são as despesas que não estão enquadradas no grupo de Vendas, Administrativas e Financeiras, como, prejuízo oriundo das aplicações em outras empresas.

4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Apesar de não ser um demonstrativo exigido por lei, a Demonstração do Fluxo de Caixa é muito importante para o controle financeiro de uma empresa.

A DFC controla de forma detalhada a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa ou Conta de Movimento do Banco, assim como o destino de todos o que sai e também o resultado deste fluxo.

Com a DFC, o gerente financeiro esclarece certas situações divergentes que ocorrem na empresa, como, ao comparar com a DRE, saber o motivo de mesmo o Caixa estando baixo, a empresa alcançou um lucro considerável e não foi capaz de liquidar todas as suas obrigações, ou o motivo que a empresa teve prejuízo no exercício, mesmo que o Caixa tenha aumentado.

De acordo com Marion, a Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada de duas formas:

- De posse dos registros da "conta Caixa" (ou livro Caixa), ordenado as operações de acordo com sua natureza e condensando-as, poderíamos extrair todos os dados necessários.
- De posse dos demonstrativos financeiros, uma vez que nem sempre teremos acesso à ficha (ou livro) da "conta Caixa", lançaremos mão de uma técnica bastante prática, propiciando, assim, a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa para empresas diversas.
(MARION, 2006, p.427)

Algumas transações podem afetar o caixa, aumentando ou diminuindo.

As transações que aumentam o valor do Caixa são: Integralização de Capital, Empréstimos Bancários ou Financiamentos, Venda de itens do Ativo Permanente, Vendas a vista, Recebimento de Duplicatas a Receber, entre outros.

As transações que diminuem o Caixa são: Pagamento de Dividendos aos acionistas, Pagamento de Juros e Amortização de Dívida, Aquisição de item do Ativo Permanente, Compra a vista e Pagamento de Fornecedores, Pagamento de despesas/custos, Contas a Pagar, entre outros.

Existem também as transações que não afetam o Caixa, pois não há desembolso, são elas: Depreciação, Amortização e Exaustão, Provisão para Devedores Duvidosos, Reavaliação, Acréscimos/Diminuição de itens de Investimentos pelo método de Equivalência Patrimonial.

A DFC Pode ser apresentada por duas maneiras, pelo método direto ou pelo método indireto.

O método direto também é conhecido como Fluxo de Caixa no Sentido Restrito, é considerado como o verdadeiro Fluxo de Caixa, por demonstrar de forma

completa e detalhada todos os recebimentos e pagamentos referentes as transações ocorridas no período.

Método indireto, também conhecido como Fluxo de Caixa no Sentido Amplo. Sua elaboração é muito parecida com a DOAR que analisa de forma mais abrangente os itens não circulantes, e as alterações dos itens circulantes excluindo as disponibilidades. Neste método considera-se como saídas o aumento nas contas do Ativo Circulante e as diminuições do Passivo Circulante, as entradas são consideradas as diminuições de Ativo Circulante e aumento do Passivo Circulante.

4.5.1 Estrutura básica da DFC

A estrutura da DFC é dividida em três subgrupos:

- Atividades operacionais:
- Compreende-se nas transações que envolvem a realização do objeto social da empresa, exemplo, receitas recebidas, recebimento de duplicatas, pagamento de fornecedores, despesas operacionais, entre outros.
- Atividades de Financiamento:
- Neste grupo é composto por todo o tipo de captação de empréstimo e recursos provenientes dos proprietários.
- Atividades de Investimento
- Transações de compra ou venda de Ativos Permanentes e Ativos Imobilizados.

Para elaborar uma DFC, é necessário: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos

5 LOGÍSTICA X ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

É inegável que a globalização da economia, causou uma série de mudanças no comportamento estratégico das empresas, exigindo dos administradores e demais profissionais, uma atuação mais dinâmica, abrangente e competitiva, visando não só atuar em novos mercados, como a própria sobrevivência.

A competição, cada vez mais acirrada, aliada a maior exigência dos consumidores, tem levado as empresas a buscar a redução de custos e elevar o nível de serviços ao cliente, através de uma maior eficiência operacional.

Um dos caminhos para atingir a maior eficiência operacional, está na logística, pois é integradora e harmonizadora de diversos interesses, dentro e fora da organização,

Segundo Christopher:

A logística é o processo de gerenciar estrategicamente a aquisição, movimentação e armazenagem de materiais, peças e produtos acabados (e os fluxos de informação correlata) através de organização e seus canais de marketing, de modo a poder maximizar as lucratividades do atendimento de pedidos a baixo custo. (CHRISTOPHER, 1999).

Christopher (1999), afirma que o valor para o cliente é a relação entre os benefícios percebidos e o custo de propriedade.

Neste sentido, a logística se propõe a reduzir custos, agregar valor, oferecer um maior nível de serviço ao cliente e, ainda aumentar a lucratividade.

Devido a sua relevância, a redução dos custos logísticos é um desafio para as organizações. Segundo Ballou (1993), nos países desenvolvidos os custos logísticos representam em média 10% do PIB, no Brasil, são estimados em pelo menos o dobro deste montante. O custo logístico é o segundo maior dispêndio de uma empresa, perdendo apenas para o custo do produto. Segundo Christopher (1997), em muitos casos, os custos logísticos são muito maiores que a margem de lucro de um produto.

A logística, ao transpor as fronteiras da empresa e integrar todos os componentes da cadeia produtiva, evoluiu para o conceito de gerenciamento da

cadeia de suprimento, de modo a aumentar o valor para o cliente, eliminar custos desnecessários e proporcionar maior lucratividade a empresa.

5.1 Fluxos Logísticos

A logística pode ser entendida como uma gestão de fluxos.

5.1.1 Fluxo físico

Inicia-se com a aquisição de matéria prima e termina com a venda do produto. Este fluxo faz com que recursos financeiros sejam despendidos para a compra, transformação e movimentação de materiais. Sendo necessário para o seu processo operacional: instalações, equipamentos, mão-de-obra, aquisição de materiais e contratação de serviços.

5.1.2 Fluxo de informações

Inicia-se no cliente e deve orientar o fluxo físico, para que a utilização dos recursos seja feita de forma eficiente. A sincronização do fluxo de informações com o fluxo físico racionaliza a utilização dos recursos e aperfeiçoa o desempenho do sistema, permitindo que os recursos sejam utilizados somente quando necessários, diminuindo o tempo em que ficam ociosos. Os produtos são fabricados á medida que são consumidos e solicitados pelos clientes.

5.1.3 Fluxo financeiro

Como os produtos certos são colocados nos locais certos, no momento certo, e nas condições desejadas, ao se obter maior acerto na realização do fluxo físico, o volume de vendas, o giro de estoques e a disponibilidade de produtos ao cliente serão majorados, permitindo aumentar o valor da receita e conseqüentemente a sua lucratividade, condição fundamental para a sua continuidade.

A logística possui pontos comuns que estreitam a sua relação com a administração financeira, de modo que reduzir os custos, ofertar maior nível de serviço, agregando valor, favorecerá em muito o desempenho financeiro da organização.

A logística deve dispor a mercadoria ou o serviço no lugar certo, no tempo certo, nas condições desejadas (menor custo), ao mesmo tempo em que fornece a maior contribuição (competitividade) à empresa.

5.2 Atividades chave de um sistema Logístico

- Padrão de serviço ao cliente
 - Qual serviço oferecer
 - KPI indicadores chave de desempenho
- Transporte
 - Definir o modal
 - Roteirizar
 - Contratar

➤ Administração dos estoques

 Materiais

 Produtos acabados

 Políticas de estoque

 Previsão de vendas de curto prazo

 Combinação de produtos em pontos de estocagem

 Número/tamanho dos locais de estocagem

 Estratégias de Just in time

Um dos maiores desafios da logística é encontrar o ponto de equilíbrio entre os custos de estocagem e de transporte, de modo a harmonizar as estratégias logísticas e seus objetivos.

6 CONCEITO E IMPORTANCIA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

O objetivo primário da Contabilidade de Custos era de mensurar os valores monetários dos estoques e do resultado. Depois com o grande crescimento das empresas, se tornou também eficiente como auxílio aos administradores.

Atualmente a Contabilidade de Custos abrange duas funções principais: auxilia no controle e nas tomadas de decisões.

Com o grande aumento da concorrência, as empresas não podem definir seus preços apenas sobre os custos incorridos, mas também sobre os preços de mercado.

6.1 Custos e Despesas: Conceitos e Diferenças

Podemos conceituar os Custos como os gastos utilizados na produção de outros bens ou serviços, ou seja, são todos os gastos relativos à atividade de produção. Temos como exemplos de custos: o salário dos empregados da produção, a matéria-prima utilizada no processo de produção, o combustível ou o lubrificante utilizado nas máquinas da produção, os aluguéis e seguros do prédio ou do galpão da fábrica, a depreciação e os demais gastos com os equipamentos de produção, com a energia elétrica consumida na fábrica, etc.

Por outro lado, temos as Despesas, que representam os gastos utilizados com os bens ou serviços que não estão diretamente ligados à produção. As despesas, geralmente são consumidas com a finalidade de obtenção de receitas. Podemos citar como exemplos de despesas: o salário e encargos do pessoal do setor administrativo e de vendas, energia elétrica do escritório, aluguéis e seguros do prédio da administração, depreciação e demais gastos com equipamentos do escritório, etc.

Na prática, nem sempre é fácil distinguir os custos e as despesas, podemos, porém tomar como base o seguinte raciocínio: todos os gastos que são utilizados

com o produto até que esteja pronto são denominados Custos e todos os gastos realizados com o produto depois de prontos são denominados Despesas.

6.2 Classificação dos custos:

Os custos são classificados de acordo com a sua participação na confecção do produto, e podem ser:

- Custos Diretos: são os custos que tem seu consumo mensurável (medido) e que são utilizados diretamente na produção, como, por exemplo, material-direto ou matéria-prima direta, mão-de-obra direta, material de embalagem utilizado dentro do processo produtivo e energia elétrica das máquinas, quando é possível mensurar (medir) o quanto foi consumido.
- Custos Indiretos: não são facilmente mensuráveis e dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem apropriados em diferentes produtos, por isso são apropriados indiretamente, como por exemplo, depreciação de equipamentos utilizados na fabricação de mais de um produto, salários dos chefes de supervisão de equipes de produção, aluguel da fábrica, gastos com limpeza da fábrica ou galpão, energia elétrica quando não associada ao produto, etc.

Alem disso, os custos podem ser fixos e variáveis. Os custos fixos são aqueles que não dependem da quantidade produzida, permanecem inalterados durante a produção, como, por exemplo, o aluguel da fábrica. Já os custos variáveis, como o próprio nome diz, variam de acordo com o volume de produção, como por exemplo, a matéria-prima.

Temos ainda os custos primários e de transformação. Os custos primários são representados pela soma de matéria-prima com a mão-de-obra direta, e representam os primeiros custos a ocorrerem no processo produtivo. Os custos de transformação correspondem aos custos utilizados para transformar a matéria-prima em produtos acabados, exceto no caso dos produtos que são adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa.

6.2.1 Fórmulas utilizadas para calcular os custos:

- MD - Material Direto: é a soma de toda matéria-prima utilizada diretamente na produção:

Material Direto = Estoque Inicial de Matéria Prima + (Compras – Devoluções) – Estoque Final de Matéria Prima.

Fórmula: $MD = EIMP + (C - D) - EFMP$.

- MOD - Mão-de-Obra Direta: é a soma de todos os custos utilizados na produção exceto a matéria-prima.
- CIF - Custos Indiretos de Fabricação ou Gastos Gerais de Fabricação: é a soma de todos os gastos utilizados indiretamente na produção.
- CPP - Custo de Produção do Período: é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.

CPP - Custo de Produção do Período = Material Direto + Mão-de-Obra Direta + Custos Indiretos de Fabricação ou Gastos Gerais de Fabricação.

Fórmula: $CPP = MD + MOD + CIF \text{ ou } GGF$.

- CPA - Custo da Produção Acabada: é a soma dos custos contidos na produção acabada do período.

Fórmula: $CPA = EISA + CPP - EFSA$.

Custo da Produção Acabada = Estoque Inicial de Semi-Acabados + Custo de Produção do Período - Estoque Final de Semi-Acabados.

- CPV - Custo do Produto Vendido: é a soma dos custos incorridos na fabricação dos bens que só agora estão sendo vendidos.

Fórmula: $CPV = EI + CPA - EF$.

Custo do Produto Vendido = Estoque Inicial + Custo da Produção Acabada - Estoque Final.

6.3 Departamentalização:

Departamento é a divisão da fábrica em segmentos, onde são debitados todos os custos incorridos na produção. Podem ser Departamentos de Produção ou de Serviços.

Martins define Departamentos como:

Departamento é a unidade mínima administrativa para a Contabilidade de Custos, representada por pessoas e máquinas (na maioria dos casos), em que se desenvolvem atividades homogêneas. Diz-se unidade mínima administrativa porque sempre há um responsável para cada Departamento ou, pelo menos, deveria haver. Esse conceito que liga a atribuição de cada Departamento à responsabilidade de uma pessoa dará origem a uma das formas de uso da Contabilidade de Custos como forma de controle. (MARTINS, 2003, p.65 e 66,).

6.4 Métodos e sistemas de custeio

O Custeio podem ser por Absorção , Custeio Variável, ABC, RKW, etc.

Vamos falar sobre o Custeio por Absorção que é a apropriação dos custos de produção do período é o método mais utilizado na contabilidade Financeira e o único aceito pela legislação do Imposto de Renda.

Na nossa legislação fiscal existem algumas variações optativas, dentre elas a depreciação dos equipamentos utilizados na produção deve ser distribuída aos produtos elaborados. Sendo assim, entra como produto no Ativo e só se torna despesa quando o bem é vendido.

7 SIMULAÇÃO DA EMPREGABILIDADE DA CONTABILIDADE EM UMA CONFECÇÃO DE ROUPAS.

Para simular a empregabilidade da Contabilidade em uma empresa, tomaremos como exemplo uma confecção de roupas.

Abaixo, segue o fluxograma da empresa, onde estão dispostos os seus departamentos.

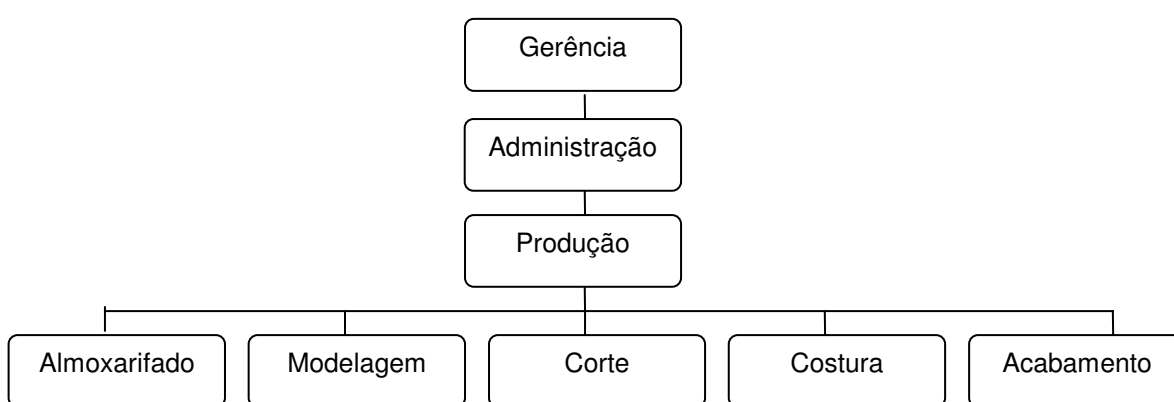


Figura 1 – Organograma da Hierarquia da empresa Confecções Faria LTDA.
Fonte: Dados da Pesquisa

A empresa Confecções Faria LTDA, é uma empresa de médio porte que confecciona peças de roupas femininas.

Abaixo podemos ver o ciclo da matéria prima, desde o momento em que ela entra na empresa até o momento em que ela é enviada para o mercado na forma de produto acabado:

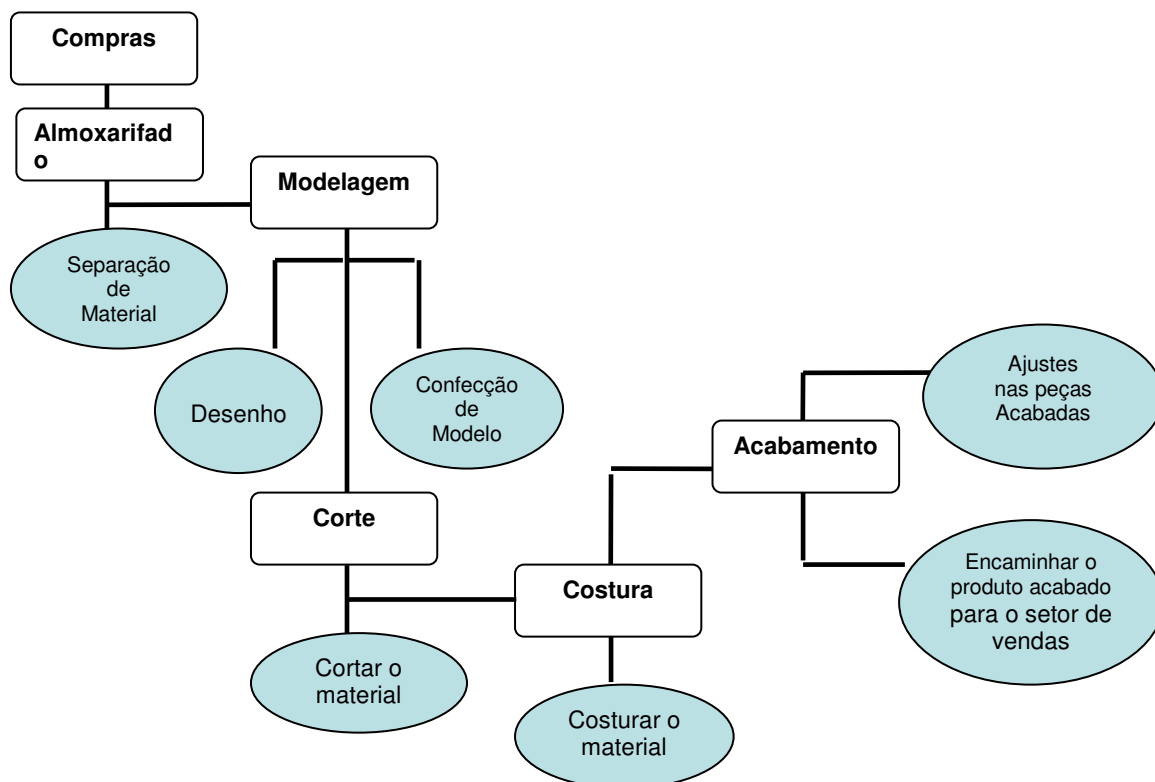


Figura 2 – Ciclo da matéria prima da empresa Confecções Faria LTDA.

Fonte: Dados da Pesquisa

A empresa iniciou suas atividades em 15/06/2006, e em 31/06/2007 o Gerente da empresa solicitou ao seu Contador que elaborasse um relatório e apurasse os custos e as despesas que a empresa teve no último lote de produção.

A empresa fabricava três tipos de peças de roupas, blusas, saias e vestidos. Na Planilha 01 está detalhada a quantidade, em metros ou unidades, de Material Direto e valor de cada um, que a empresa utilizava para fabricar seus produtos:

	Tecido	Linha	Botões	Zipper	Miçangas
Blusa	0,6 m	7 m	5 unid	-	100
Saia	0,4 m	5 m	1 unid	1 unid	-
Vestidos	1,0 m	12 m	-	1 unid	300
Valor unid/ mt	R\$ 8,00	R\$ 0,25	R\$ 0,05	R\$ 1,50	R\$ 0,01

Planilha 01: Quantidade e valor unitário/metro dos Materiais Diretos

Fonte: Dados da pesquisa

Foi cronometrado o tempo de produção de cinco funcionários, e calculando a média entre eles, chegou ao tempo necessário para fabricar cada peça de roupa, como está apresentado na Planilha 02:

Produto	Tempo de MOD	Tempo de máquina
Blusa	1,2 h	1,8 hm
Saia	1 h	1,4 hm
Vestido	3 h	2,2 hm

Planilha 02: Tempo de MOD e de Máquina
Fonte: Dados da pesquisa

A Planilha 03 está demonstrando os Custos Indiretos de Fabricação são:

CIF	Valor
Depreciação - Equipamentos de Produção	1.167,00
Energia Elétrica Consumida na Fábrica	6.000,00
Manutenção das Máquinas de Produção	1.200,00
Total CIF	8.367,00

Planilha 03: Custos indiretos de Fabricação
Fonte: Dados da pesquisa

Para ratear os custos com, energia elétrica, depreciação dos equipamentos utilizados na produção e manutenção das máquinas de produção, a empresa adota como base de rateio o tempo horas/máquina trabalhado. As Planilhas 04, 05 e 06, explica a forma detalhada o este rateio.

Para encontrar o tempo horas/máquina trabalhado, multiplica-se a produção pelo tempo de máquina utilizado para produzir cada produto. Com o resultado é só dividir o valor a ser rateado pelo valor da base de rateio, que no caso é o tempo de horas/máquina, e multiplica pelo tempo de horas/máquina de cada produto.

➤ Rateio da Energia elétrica

R\$ 6000,00

Base de Rateio: Tempo de horas/máquina

	Produção	Tp de maq	hs/maq	Energia elétrica
Blusa	2000	1,8	3600	R\$ 3.033,71
Saia	1100	1,4	1540	R\$ 1.297,75
Vestido	900	2,2	1980	R\$ 1.668,54
Totais			7120	R\$ 6.000,00

Planilha 04: Rateio de Energia Elétrica
Fonte: Dados da Pesquisa

➤ Rateio da Depreciação – Equipamentos de Produção

R\$ 1.167,00

Base de Rateio: Tempo de horas/máquina

	Produção	Tp de maq	hs/maq	Energia elétrica
Blusa	2000	1,8	3600	R\$ 590,06
Saia	1100	1,4	1540	R\$ 252,41
Vestido	900	2,2	1980	R\$ 324,53
Totais			7120	R\$ 1.167,00

Planilha 05: Rateio da Depreciação de Equipamentos de Produção

Fonte: Dados da pesquisa

➤ Rateio da Manutenção das Máquinas de Produção

R\$ 1.200,00

Base de Rateio: Tempo de horas/máquina

	Produção	Tp de maq	hs/maq	Energia elétrica
Blusa	2000	1,8	3600	R\$ 606,74
Saia	1100	1,4	1540	R\$ 259,55
Vestido	900	2,2	1980	R\$ 333,71
Totais			7120	R\$ 1.200,00

Planilha 06: Rateio da Manutenção das Máquinas de Produção

Fonte: Dados da pesquisa

Depois de ratear os Custos Indiretos de Fabricação, o contador calculou o Custo de Material Direto do lote produzido:

➤ Custo total dos materiais utilizados para fabricar as blusas:

	Custo unit	Qtd unid/ mt	Produção	MD Blusa
Tecido	R\$ 8,00	0,6	2000	9600
Linha	R\$ 0,25	7	2000	3500
Miçangas	R\$ 0,01	100	2000	2000
Botões	R\$ 0,05	5	2000	500
			Total:	15600

Planilha 07: Custo dos Materiais de Produção da Blusa

Fonte: Dados da pesquisa

- Custo total dos materiais utilizados para fabricar as saias:

	Custo unit	Qtd unid/ mt	Produção	MD Saia
Tecido	R\$ 8,00	0,4 m	1100	3520
Linha	R\$ 0,25	5	1100	1375
Botões	R\$ 0,05	1	1100	55
Zipper	R\$ 1,50	1	1100	1650
			Total:	6600

Planilha 08: Custo dos Materiais de Produção da Saia
Fonte: Dados da pesquisa

- Custo total dos materiais utilizados para fabricar os vestidos:

	Custo unit	Qtd unid/ mt	Produção	MD Saia
Tecido	R\$ 8,00	1m	900	7200
Linha	R\$ 0,25	12 unid	900	2700
miçangas	R\$ 0,01	200 unid	900	1800
Zipper	R\$ 1,50	1 unid	900	1350
			Total:	13050

Planilha 09: Custo dos Materiais de Produção do Vestido
Fonte: Dados da pesquisa

- Para calcular o MD Total somam-se os custos de materiais dos produtos:
 MD Total: \$15.600,00 + \$6.600,00 + \$13.050,00 = \$35.250,00
- Cálculo da Mão-de-obra Direta

Na empresa trabalhavam 20 pessoas na Produção. Como a empresa trabalhava com a política de multifuncionalidade, os funcionários tinham a mesma função e o mesmo salário.

Salários: R\$3,50 por hora

Jornada: segunda a sábado

Mês: Junho

Número de dias trabalhados no mês = 30

Domingos = (4)

Feriados = (1)

Dias a disposição da Empresa = 25

Número de horas Trabalhadas por dia: $44 / 6 = 7,3333$

No quadro 03, está detalhado como foi calculado o custo total do funcionário:

		Totais
Salário	25 dias X 7,3333 hs X R\$ 3,50	R\$ 641,66
DRS	4 dias X 7,3333 hs X R\$ 3,50	R\$ 102,67
Feriados	1 dia X 7,3333 hs R\$ 3,50	R\$ 25,67
Férias (1/12)	(R\$3,50 X 220 hs) / 12	R\$ 64,17
13º Salário	(R\$3,50 X 220 hs) / 12	R\$ 64,17
Adicional de Férias 1/3	[(R\$3,50 X 220 hs) / 12] / 3	R\$ 21,39
Total sem Encargos		R\$ 919,73
Encargos	36,8 % de R\$ 919,73	R\$ 338,46
Total Geral		R\$ 1258,19

Quadro 03: Cálculo do valor do Custo da Mão-de-obra por hora

Fonte: Dados da Pesquisa

- Custo Médio da Hora

$$25 \times 7,3333 = \text{R\$ } 183,33$$

$$\text{Custo da hora de Mão-de-obra Direta} = \text{R\$ } 1258,19 / 183,33 = \boxed{\text{R\$ } 6,86}$$

Encargos:

- 20% para INSS
- 8% para FGTS
- 5,8% para entidades como SESI, SENAI
- 3% de seguro contra acidentes de trabalho
-
- Mão-de-obra Direta
MOD= R\$42.346,00

Apropriação dos Custos: Horas Trabalhadas

	Produção	Tp prd un	Horas totais	Custo h prod	Custo MOD
Blusa	2000	1,2	2400	R\$ 6,83	R\$ 16.392,00
Saia	1100	1	1100	R\$ 6,83	R\$ 7.513,00
Vestido	900	3	2700	R\$ 6,83	R\$ 18.441,00
Totais			6200		R\$ 42.346,00

Planilha 10: Apropriação do Custo de Mão-de-obra Direta**Fonte: Dados da pesquisa**

- De posse das informações necessárias o, o contador calculou os Custos dos Produtos Vendidos (CPV), utilizando as formulas:

$$MD = EIMP + (C - D) - EFMP$$

$$CPP = MD + MOD + CIF$$

$$CPA = EISA + CPP - EFSA$$

$$CPV = EIPA + CPA - EFPA$$

Dados para os cálculos:

- Estoque Inicial de Matéria-prima (EIMP): R\$ 80.250,00
- Estoque Final de Matéria-prima (EFMP): R\$ 45.000,00
- Estoque Inicial de Semi-acabados (EISA): R\$ 0,00
- Estoque Final de Semi-acabados (EFSA): R\$ 0,00

$$MD = R\$ 80.250,00 + R\$ 0,00 - R\$45.000,00 = \boxed{R\$ 35.250,00}$$

$$CPP = R\$35.250,00 + R\$42.346,00 + R\$8.367,00 = \boxed{R\$ 85.963,00}$$

$$CPA = R\$ 0,00 + R\$ 85.963,00 - R\$ 0,00 = \boxed{R\$ 85.963,00}$$

$$CPV = R\$ 0,00 + R\$ 85.963,00 - R\$ 0,00 = \boxed{R\$ 85.963,00}$$

A Planilha 11 demonstra a Receita Bruta com Vendas, o CPP e o Lucro Bruto sem impostos por produto.

Produto	Blusa	Saia	Vestido	Totais
Produção	2000	1100	900	4000
Preço de Venda (unitário)	R\$ 30,00	R\$ 20,00	R\$ 140,00	
Quantidade Vendida	2000	1100	900	4000
Receita Bruta com Vendas	R\$ 60.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 208.000,00
CPP	R\$ 24.797,02	R\$ 9.092,24	R\$ 52.073,74	R\$ 85.963,00
Lucro Bruto s/ impostos	R\$ 35.202,98	R\$ 12.907,76	R\$ 73.926,26	R\$ 122.037,00

Planilha 11: Receita Bruta com Vendas, CPP, Lucro Bruto sem impostos.

Fonte: Dados da Pesquisa

Com a apuração destes dados elaborou-se então o Balanço Patrimonial, DRE e a DFC:

BALANÇO PATRIMONIAL									
Empresa: <u>Confecção Faria LTDA</u>									
ATIVO		30/06/07	31/12/06	Varição	PASSIVO		30/06/07	31/12/06	Varição
* Circulante		138.571,55	129.028,98	9.542,57	* Circulante		156.744,50	133.228,98	23.515,52
Caixa		13.613,12	14.991,39	(1.378,27)	Fornecedores		35.521,35	51.353,39	(15.832,04)
Banco		31.715,25	65.222,21	(33.506,96)	Salários a pagar		45.164,00	35.600,80	9.563,20
Dupl a Receber		48.243,18	16.115,38	32.127,80	Impostos a Recolher		56.680,00	36.710,21	19.969,79
Estoque Materiais		45.000,00	32.700,00	12.300,00	Obrig. fiscais a pagar		15.629,95	5.815,38	9.814,57
					Dividendos a pagar		3.749,20	3.749,20	0,00
* Realizável L. Prazo		50.000,00	0,00	50.000,00					
Empréstimo a Sócio		50.000,00	0,00	50.000,00					
* Permanente		98.000,00	105.000,00	(7.000,00)					
* Investimentos		42.000,00	42.000,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		129.827,05	100.800,00	29.027,05
Partic societária		42.000,00	42.000,00	0,00	Capital Social		90.000,00	90.000,00	0,00
					Lucros Acumulados		10.800,00	10.800,00	0,00
					Lucro Líq Exercício		29.027,05	0,00	29.027,05
* Imobilizado		56.000,00	63.000,00	(7.000,00)					
Máqs e equiptos		70.000,00	70.000,00	0,00					
Depr Acumulada		(14.000,00)	(7.000,00)	(7.000,00)					
TOTAL ATIVO		286.571,55	234.028,98	52.542,57	TOTAL PASSIVO		286.571,55	234.028,98	52.542,57

Quadro 04: Balanço Patrimonial – Confecção Faria LTDA

Fonte: Dados da Pesquisa

DRE		
Empresa: <u>Confecção Faria LTDA</u>		
(=) Receita Bruta com Vendas		208.000,00
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	27,25%	(56.680,00)
(=) Receita Líquida		151.320,00
(-) CPV		(85.963,00)
(=) Lucro Bruto		65.357,00
(-) Despesas Operacionais		(20.700,00)
(-) Vendas		
(-) Administrativas		(20.700,00)
(-) Depreciação		
(=) Lucro Operacional		44.657,00
(- +) Despesas / Receitas não Operacionais		
(=) Lucro Antes do IR / CS		44.657,00
(-) IR / CS	35%	(15.629,95)
(=) Lucro Líquido do Exercício		29.027,05

Quadro 05: Demonstração do Resultado do Exercício – Confecção Faria LTDA
Fonte: Dados da Pesquisa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO	
Empresa: <u>Confecção Faria LTDA</u>	Data: <u>30/6/2007</u>
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 30/06/2007	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
LUCRO LIQUIDO	29.027,05
DEPRECIÇÃO	7.000,00
MEP	0,00
LUCRO AJUSTADO	36.027,05
VARIAÇÕES DO CIRCULANTE	
AUMENTO DE DUPLICATAS	(32.127,80)
AUMENTO DE ESTOQUES	(12.300,00)
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(15.832,04)
AUMENTO DE SALARIOS A PAGAR	9.563,20
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECOLHER	19.969,79
AUMENTO OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	9.814,57
CAIXA GERADO	15.114,77
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
EMPRESTIMO A SÓCIOS	(50.000,00)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
CAIXA CONSUMIDO	(34.885,23)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
EMPRESTIMOS	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00
DIVIDENDOS PAGOS	0,00
CAIXA CONSUMIDO	(34.885,23)
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTES EM 31/12/2006	80.213,60
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTES EM 30/06/2007	45.328,37

Quadro 06: Demonstração do Fluxo de Caixa – Confecção Faria LTDA
Fonte: Dados da Pesquisa

O contador, após apresentar todos os relatórios de despesas e custos incorridos do período, fez as seguintes ponderações:

- Apesar da lucratividade dos produtos serem a mesma na demonstração apresentada, antes de tomar qualquer decisão no sentido de investir no aumento da produção. Devem-se projetar as vendas futuras, bem como os custos de produção futura de acordo com a demanda, que no caso da confecção, possuem períodos sazonais, além de terem que lançar novas coleções de acordo com cada estação do ano.
- Estamos atuando em mercado perfeitamente competitivo, onde existem diversas empresas, com produtos homogêneos, e preços praticados de acordo com o mercado.
- Há discriminação de preços intertemporal, nossos consumidores são separados em grupos, praticamos preços diferentes em pontos diferentes, para cada diferente função de demanda.
- Para garantir a lucratividade da empresa, os preços praticados para cada produto deve ser maior ou igual ao custo marginal, que deve ser igual à receita marginal- $P = CMg = RMg$. (P = Preço; CMg = Custo Marginal; RMg = Receita Marginal).
- A confecção deve utilizar de forma eficiente seus fatores de produção, medido através do comparativo $PMeL = PMgL$ (PMeL = Produção Média por Trabalhador; PMgL = Produção Marginal por Trabalhador).

Através das planilhas abaixo, o contador pôde constatar o volume de vendas e a lucratividade de cada produto e decidiu qual dos produtos a empresa deveria investir mais, pois terá mais rentabilidade:

Blusas:

L	K	Q	Pmel	PMgL	W	CVT	CFT	CT	CMg	CVMe	CMe	Preço
1	7,33	80	80	0	629,09	629,09	0,00	629,09	0,00	7,86	7,86	30,00
5	7,33	450	90	92,5	629,09	3.145,45	0,00	3.145,45	6,80	6,99	6,99	30,00
10	7,33	1050	105	120	629,09	6.290,90	0,00	6.290,90	5,24	5,99	5,99	30,00
15	7,33	1550	103	100	629,09	9.436,35	0,00	9.436,35	6,29	6,09	6,09	30,00
20	7,33	2000	100	90	629,09	12.581,80	0,00	12.581,80	6,99	6,29	6,29	30,00

RT	Lucro	RMe	RMg
2.400,00	1.770,91	30,00	0,00
13.500,00	10.354,55	30,00	30,00
31.500,00	25.209,10	30,00	30,00
46.500,00	37.063,65	30,00	30,00
60.000,00	47.418,20	30,00	30,00

Planilha 12: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de blusas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Saia:

L	K	Q	Pmel	PMgL	W	CVT	CFT	CT	CMg	CVMe	CMe	Preço
1	7,33	40	40	0	346,00	346,00	0,00	346,00	0,00	8,65	8,65	20,00
5	7,33	230	46	47,5	346,00	1.730,00	0,00	1.730,00	7,28	7,52	7,52	20,00
10	7,33	510	51	56	346,00	3.460,00	0,00	3.460,00	6,18	6,78	6,78	20,00
15	7,33	850	57	68	346,00	5.190,00	0,00	5.190,00	5,09	6,11	6,11	20,00
20	7,33	1100	55	50	346,00	6.920,00	0,00	6.920,00	6,92	6,29	6,29	20,00

RT	Lucro	RMe	RMg
800,00	454,00	30,00	0,00
4.600,00	2.870,00	30,00	20,00
10.200,00	6.740,00	30,00	20,00
17.000,00	11.810,00	30,00	20,00
22.000,00	15.080,00	30,00	20,00

Planilha 13: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de saias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Vestido:

L	K	Q	Pmel	PMgL	W	CVT	CFT	CT	CMg	CVMe	CMe	Preço
1	7,33	39	39	0	283,10	283,10	0,00	283,10	0,00	7,26	7,26	140,00
5	7,33	210	42	42,75	283,10	1.415,50	0,00	1.415,50	6,62	6,74	6,74	140,00
10	7,33	440	44	46	283,10	2.831,00	0,00	2.831,00	6,15	6,43	6,43	140,00
15	7,33	690	46	50	283,10	4.246,50	0,00	4.246,50	5,66	6,15	6,15	140,00
20	7,33	900	45	42	283,10	5.662,00	0,00	5.662,00	6,74	6,29	6,29	140,00

RT	Lucro	RMe	RMg
5.460,00	5.176,90	30,00	0,00
29.400,00	27.984,50	30,00	140,00
61.600,00	58.769,00	30,00	140,00
96.600,00	92.353,50	30,00	140,00
126.000,00	120.338,00	30,00	140,00

Planilha 14: Rentabilidade incorrida no período, para a produção de vestidos.

Fonte: Dados da pesquisa.

7.1 Fórmulas para cálculo da rentabilidade

Para encontrar os dados das planilhas acima, o contador utilizou os seguintes conceitos:

- L – Quantidade de trabalhadores da fábrica.
- K – Quantidade de horas trabalhadas por dia.
- Q – Produto total (Volume que cada trabalhador produziu no mes)
- PMeL – Produto médio do fator trabalho
Calculado pela fórmula – Q/L
- PMgL – Produto Marginal do fator trabalho
Calculado pela fórmula – $\text{Variação de } Q / \text{Variação de } L$
- W – Salário pago aos funcionários da produção
- CVT – Custo Variável Total
Calculado pela formula – $W \times L$
- CFT – Custo Fixo Total
Calculado pela fórmula – $K \times \text{Aluguel (quando existe)}$ – no nosso caso foi zero, pois a empresa possui seu próprio galpão e as maquinas próprias.
- CT – Custo Total.
Calculado pela formula – $CVT + CFT$, ou seja, é a soma de todos os custos incorridos no período.
- CMg – Custo Marginal
Calculado pela fórmula – $\text{Variação do Custo Total (CT)} / \text{Variação da Quantidade produzida (Q)}$
- CVMe – Custo Variável Médio
Calculado pela fórmula – CVT / Q
- CMe – Custo Médio
Calculado pela fórmula – CT / Q ou $CFMe + CVMe$
- Preço – Preço de venda dos produtos
- RT – Receita Total obtida no mês.
Calculada pela fórmula – $\text{Preço} \times Q$
- Lucro – Lucratividade de cada produto

Calculado pela fórmula – $RT - CT$

➤ RMe – Receita Média

Calculado pela fórmula – RT / Q - o valor será igual ao valor do preço do produto

➤ RMg – Receita Marginal

Calculado pela fórmula – $\text{Variação da RT} / \text{Variação de Q}$.

O contador então concluiu que o produto mais lucrativo é o vestido, pois teve maior volume de vendas e, conseqüentemente, maior receita.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização da economia e a crescente competitividade entre as organizações, a contabilidade tem ganhado posição de destaque, pelo fato de contribuir substancialmente no processo decisório, estabelecendo critérios e técnicas que permitam mensurar, controlar, registrar, analisar e reduzir os custos de produção e de prestação de serviços, de modo a garantir a lucratividade da empresa.

Neste contexto, a contabilidade moderna, deve atuar de forma interdependente em todos os departamentos da empresa, de modo a criar um fluxo eficiente de informações que permita agregar valor ao negócio.

9 REFERÊNCIAS

CHRISTOPHER, Martin. **A logística do Marketing**. São Paulo: Futura, 1999.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços**. São Paulo: Pioneira, 1997.

DEMICHELI, Marcelo, **Teoria da Contabilidade**. 2007.

GARDINI, André. **Correndo contra o tempo**. Disponível em <http://www.simonsen.br/rds/contabeis/artigo2.php>. Acesso em 10 out. 2007

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços: Análise de Liquidez e o endividamento**. Análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: Atualizado conforme o novo Código Civil**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável a demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, José Hernandes Perez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, Carlos José. **Contabilidade Empresarial**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas: 2003. 9 Ed.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanço: Abordagem básica e gerencial**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ANEXO A - Demonstrativos contábeis e as bases legais

A obrigatoriedade dos Demonstrativos Contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa como auxílio nas informações.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração Resultado do Exercício (DRE) são parte de um conjunto de relatórios que compõem as demonstrações contábeis de uma entidade, e são exigidas pela atual legislação societária brasileira. Os critérios para elaboração são definidos por órgãos específicos de cada país. No Brasil é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que expede as normas gerais da contabilidade.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), é muito utilizada em vários países. Nos EUA, é obrigatório desde 1988, mas ainda não é obrigatória no Brasil porém desde o ano 2000, tramita pelo Congresso um Projeto de Lei n.º 3.741 que trata da alteração da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e entre outras modificações, propõe sua obrigatoriedade através da substituição pela Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) por ser considerada de maior utilidade e mais fácil entendimento. Sua estrutura (forma e conteúdo, os objetivos e benefícios), são definidos pelo Internacional Accounting Standards Committee (IASC), através da Norma Internacional de Contabilidade NIC7.

Balanço Patrimonial

Na Lei 6.404/76, art. 178, estabelece que as contas sejam classificadas conforme os elementos do patrimônio que registrem:

§ 1º No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) Ativo circulante;
- b) Ativo realizável a longo prazo;
- c) Ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros ou prejuízos acumulados.

Art. 179 As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (art. 243), diretores, acionistas participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclui os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo deste ciclo.

Passivo Exigível

Art. 180 As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179.

Resultados de Exercícios Futuros

Art. 181 Serão classificadas como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Patrimônio Líquido

Art. 182 A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado.

§ 3º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do art. 8, aprovado pela assembléia-geral.

§ 4º Serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183 No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor; serão excluídos os já prescritos e feitas às provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, e será admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos;

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

III - os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos arts. 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;

IV - os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior;

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

VI - o ativo diferido, pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

§ 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

§ 3º Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.

§ 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184 No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto de renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III - as obrigações sujeitas a correção monetária serão atualizados até a data do balanço.

Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187 A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária.

V - o resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Esses conceitos segundo a FIPECAFI (2003), representam basicamente o princípio da competência, que também aparece desmembrado na forma de dois outros princípios:

Princípio da Realização da Receita. (Por esse princípio, as receitas são reconhecidas no exercício em que são realizadas).

Princípio do Confronto das Despesas.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (art. 182, § 3.º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.